



Número: **0804165-86.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **20/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCIVALDO LUSTOSA DE QUEIROZ (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA (INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7388031	28/11/2019 11:53	Ata da Audiência	Ata da Audiência



PROCESSO Nº: 0804165-86.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FRANCIVALDO LUSTOSA DE QUEIROZ

ADVOGADO: FRANCELINO FRANCO NETO – OAB/PI Nº 8764

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ADVOGADO: HERISON HELDER PORTELA PINTO - OAB Nº 5367

PREPOSTOS: FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO – CPF: 037.722.423-59

ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

DATA DA AUDIÊNCIA: 28/11/2019 às 08:30 horas.

LOCAL: Sala de audiências da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina.

PRESENTES: As partes as partes acima nominadas, bem como o perito judicial FRANCISCO DAS CHAGAS

AUSENTES: Nenhum.

TESTEMUNHAS: Não houve.

DOCUMENTOS APRESENTADOS: Não houve.

DELIBERAÇÕES: Aberta a audiência, proposta a conciliação, esta restou infrutífera. Em seguida a MMª Juíza determinou a imediata realização da perícia. Seguindo-se do laudo a parte autora se manifesta nos seguintes termos: “MMª Juíza tendo em vista que o médico perito judicial não examinou a documentação acostada aos autos em especial ao laudo médico, requer-se o afastamento do presente laudo judicial da instrução processual, mesmo que tenha considerado dano anatômico com sequela definitiva, este não levou em consideração as informações do laudo médico e a continuação da lesão. Que seja levado em consideração toda a documentação instruída no petitório inicial, que seja julgada a ação procedente. Pede e espera deferimento.” Já a parte requerida se manifesta nos seguintes termos: “A requerida informa que já pagou a autora via administrativa o valor de R\$ 843,75, referente a lesão de cotovelo direito em 25%. Em perícia judicial o médico perito verificou que o autor tem lesão de limitação funcional no cotovelo direito em 25%. Diante do exposto, requer a improcedência da ação, tendo em vista a perícia judicial ter verificado que o autor não teve agravamento da lesão sendo graduado no mesmo percentual pago via administrativa, reforçando o pedido de quitação administrativa. Não havendo que se falar em complemento de pagamento. Informo ainda que o valor de R\$ 200,00 já fora depositado em conta judicial devidamente juntada aos autos”. O perito manifestou ainda que requer o pagamento dos honorários da perícia ora realizada. A seguir a MMª Juíza proferiu julgamento do feito o qual é juntado em anexo no presente momento. Eu Mário Shallom Rocha Ferreira, Analista Judicial digitei o presente termo que foi assinado digitalmente pela MMª Juíza.

Dra. Lucicleide Pereira Belo

Juíza de Direito da 8ª Vara Cível



